

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

ALVES, Marcio Moreira. *Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**MARCIO MOREIRA ALVES II  
(depoimento, 1997)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marly Silva da Motta

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 08/12/1997

duração: 1h 45min

fitas cassete: 02

páginas: 16

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. (Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.)

### **MARCIO MOREIRA ALVES**

Nasceu no Rio de Janeiro, filho de família tradicional, em 14 de julho de 1936. Aos 17 anos começou a trabalhar como repórter no *Correio da Manhã*. Em 1963 formou-se em direito. Já como articulista político, a partir de 1964 combateu o governo Castelo Branco. Em 1966 foi eleito deputado federal pela Guanabara na legenda do MDB. Em protesto contra a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, em 3 de setembro de 1968 pronunciou discurso na tribuna que foi considerado ofensivo às Forças Armadas e serviu de pretexto para a edição do AI-5, em 13 de dezembro. Cassado e exilado, doutorou-se em ciência política na França. Retornou ao país com a anistia, em 1979. Mantém hoje uma coluna diária n' *O Globo*.

Seu depoimento foi concedido em 8 de dezembro de 1997 a Marly Motta e Américo Freire.

## O primeiro em Paracatu

*Poderia nos contar sobre sua origem familiar, seus estudos, formação política?*

Sou filho de uma família de alta classe média do Rio de Janeiro, com uma raiz em Minas Gerais. A família de meu pai era uma família de políticos. Meu avô chamava-se Honorato Alves, foi deputado federal por Minas Gerais, pela cidade de Montes Claros, mais precisamente pelo 7º distrito de Minas — naquele tempo as representações na Câmara eram dos distritos —, de 1902 a 1930. Em 1930 ele, que era partidário da Aliança Liberal, juntamente com seu cunhado Afrânio de Melo Franco, teve o mandato cassado pela Comissão de Reconhecimento de Poderes, que era a encarregada, na República Velha, de garantir a maioria parlamentar dos presidentes. Seu irmão, João Alves, era deputado estadual, líder político, mantinha as bases eleitorais da família, e era casado com uma senhora chamada dona Tiburtina — velho nome romano. Dona Tiburtina adquiriu certa notoriedade nacional em 1930 porque, segundo Assis Chateaubriand, teria mandado atirar sobre a comitiva do vice-presidente da República Melo Viana, que estava visitando Montes Claros defendendo a candidatura Júlio Prestes. Os Alves eram a favor da candidatura de Getúlio Vargas. Na verdade, eram mesmo a favor do governo do estado de Minas, que era exercido na época pelo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O fato é que houve um tiroteio, as balas realmente saíram da casa de meu tio João, e houve dois mortos. Um deles, que estava ao lado do vice-presidente Melo Viana, recebeu uma bala no crânio. Pedacos do crânio voaram e bateram no pescoço do Melo Viana, que acreditou estar ferido a bala. A comitiva bateu em retirada e seu trem saiu da cidade em marcha a ré...

Meu avô Honorato, portanto, era um líder político. Depois de 1930 ficou no Rio de Janeiro e recebeu um cartório como compensação pelos seus sofrimentos. Do lado de minha avó Violeta, o irmão dela, Afrânio, foi ministro das Relações Exteriores do Getúlio; o sobrinho, Virgílio, foi líder da Revolução de 30, mas depois rompeu com Getúlio e foi um dos fundadores da UDN. Enfim, era uma família onde se vivia política intensamente.

O lado de minha mãe é mais remotamente político. Era uma família de fazendeiros de café do estado do Rio de Janeiro. Meu avô Leopoldo Moreira, pai de minha mãe, era oficial de Marinha e deveria ser um habilidoso político, porque foi consecutivamente representante da Marinha em Paris, onde minha mãe nasceu e minha avó morreu de parto, representante da Marinha em Washington e subchefe da Casa Militar do Epitácio Pessoa. Aos 42 anos morreu de enfarte. Minha mãe foi criada pelas tias e teve uma educação esmerada para aquele tempo. Foi educada pelas freiras do Sion, aprendeu francês antes do português, gostava muito de literatura francesa, inglesa e brasileira também. Era uma pessoa, digamos, de modos afrancesados. Seu avô, que ajudou a criá-la, chamava-se Joaquim Moreira. Médico, fazia política em Petrópolis e foi senador pelo estado do Rio.

Meu pai, engenheiro, chamava-se Márcio de Melo Franco Alves. Fez doutorado no MIT, em Boston, e ao voltar, encontrou no navio o Amaral Peixoto, que ele já conhecia de outras épocas. Mas estreitaram a amizade nessa viagem, que naquele tempo, durante a guerra, levava uns 15 dias mais ou menos. Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro, estava recrutando, para nomear prefeitos, alguns técnicos que arejassem a administração municipal, a tornassem mais eficiente e, sobretudo, a retirassem das pequenas lutas locais das oligarquias existentes. Meu pai foi nomeado prefeito de Petrópolis, cargo que exerceu de 1942 a 45. Tornou-se com isso o único getulista da família. Getúlio passava as férias em Petrópolis naquele

tempo, meu pai passeava com ele pela cidade, mostrava as obras em andamento, e tornaram-se amigos. Posteriormente, quando o Getúlio foi novamente presidente, em 50, nomeou meu pai diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, e nisso concluiu-se a primeira fase de atividade pública na vida dele. Só quando seu amigo Negrão de Lima foi eleito governador do estado da Guanabara ele voltou, pois foi convidado para ser seu secretário da Fazenda. Exerceu o cargo até meados de 1968, quando as manifestações estudantis se tornaram intensas. Ao voltar de uma viagem, fez um discurso apoiando os estudantes contra a repressão que contra eles se exercia, e esse discurso tornou impossível sua permanência na secretaria. Ele saiu do governo Negrão de Lima e nunca mais ocupou cargos públicos. Portanto, é essa a minha origem familiar.

*O senhor nasceu no Rio?*

Nasci no Rio de Janeiro mas tive intensa ligação com Minas Gerais. Era meu primo Joaquim Pedro de Andrade, o cineasta, e juntos nós passávamos as férias de verão em Ouro Preto. Ali eu aprendi a fazer serenata, a beber cachaça e a ir à zona. Joaquim me levou pela primeira vez, e como resultado fiquei doente, com febre, isolado, um pária. Ouvi minha tia ligando para a minha mãe e dizendo assim: “Branca, o Marcito está com febre. Ele pegou doença do mundo!”

*E a vocação para o jornalismo, tão cedo? A que o senhor a atribui?*

Foi puramente casual. Sempre gostei muito de ler, até hoje gosto, embora atualmente seja obrigado a ler, muito mais que literatura, relatórios, pareceres, declarações de voto, coisa chatíssima para alguém que é jornalista. Um dos meus colegas de colégio era filho ou enteado do dono de uma revista chamada *Rio Magazine*. Era uma revista de sociedade. Esse rapaz chamava-se Márcio Braga. Um dia o Márcio resolveu meter-se a jornalista e entrevistar alguns colegas da mesma classe, da elite econômica e cultural do Rio de Janeiro, e um deles fui eu. Ele me perguntou: “O que você gostaria de ser na vida?” Respondi que gostaria de ser o primeiro em Paracatu – Paracatu é a origem da família Melo Franco. Disse isso pensando na famosa história de César, que se encontrou no Egito com um potentado local que lhe disse que gostaria de morar em Roma, e César respondeu: “É melhor ser o primeiro aqui do que o segundo em Roma.” Eu morava no Rio de Janeiro e disse que gostaria de ser o primeiro em Paracatu, onde nunca mais havia posto os pés. Era uma resposta provocadora. O dono do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, foi ao barbeiro, pegou para folhear a revista *Rio Magazine* e leu a minha entrevista. Achou graça. Chegou em casa e ligou para a minha casa, pediu para falar comigo. Meu pai foi ao telefone e disse: “Aqui é o Márcio.” Ele: “Não, não é com você que eu quero falar. Quero falar com o Márcio seu filho.” Eu disse que tinha 17 anos, e ele perguntou: “Você não quer ser repórter?” Na mesma hora respondi que queria, sem saber o que era isso. “Então vá ao *Correio da Manhã* segunda-feira, e vamos conversar.” Fui, comecei e não parei. Isso foi em 1953, há 44 anos.

### **Experimenta esse menino!**

No meu primeiro dia no *Correio da Manhã*, o Paulo Bittencourt me apresentou ao secretário da redação, que era o Luís Alberto Bahia, e disse: “Olha, está aqui este rapaz, Márcio, vamos experimentá-lo como repórter.” E foi-se embora. O Bahia chamou o chefe da reportagem policial, que era um delegado aposentado, devia ter uns 150 quilos mais ou menos, chamado Rescala Bittar, e disse: “O dr.

Paulo trouxe este menino aí para a redação, experimenta.” O Bittar virou-se para mim: “Que bom! É para já! Vá ao Instituto Médico Legal, tem lá um cadáver, um sujeito que foi baleado, o nosso informante é o detetive fulano de tal, ele vai contar a história, você traz e escreve.”

Primeiro, eu tive o trabalho de descobrir onde era o Instituto Médico Legal. Por acaso era perto do jornal, e fui a pé. Cheguei lá, me apresentei ao detetive e ele disse: “Vamos ver o presunto.” Eu nunca tinha visto um cadáver na vida. Entrei na sala, tinha um negro nu, em cima de uma mesa de mármore, com uns buracos na ilharga, perto das costelas. O detetive foi me contando como tinha sido o assassinato, não sei o quê, fomos chegando perto da mesa, de repente ele pegou na minha mão e enfiou meu dedo dentro dos buracos de bala. Agüentei aquele frio gosmento, saí de lá, fui para o jornal, escrevi um relatozinho, o Bittar leu e disse: “Está uma porcaria, mas pode melhorar. Faz isso, faz aquilo e tal.” Eu fiz isso e fiz aquilo, entreguei o texto e depois ele disse: “Você vai ser um bom repórter.” Perguntei: “Por quê?” Ele: “Porque você não vomitou.” O Bittar tinha combinado com o detetive de me passar um trote...

Foi assim que eu comecei em jornal. Fiquei muito pouco tempo na seção de polícia, depois fui fazer seção de cidade, coisas que aconteciam na cidade, assuntos de campanha eleitoral, propaganda etc. Pouco depois, um crítico de arte que se chamava Jayme Maurício entrou de férias. E a coluna de arte era a coluna mais lida pela dona do jornal, Niomar Moniz Sodré, que estava envolvida com a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ninguém queria pegar aquele abacaxi. Falaram com o redator-chefe, Antônio Callado, e ele disse: “Experimenta esse menino que entrou aí, o Marcito.” Isso era 1955, por aí. E fui fazer a coluna. Eu não entendia porra nenhuma de arte, mas comecei a entrevistar pintores, fazia reportagens, fiquei muito amigo do Portinari graças a esse período, fiquei amigo do Di Cavalcanti, que era inimigo do Portinari...

*Como era o clima no Correio da Manhã nesse período?*

Era muito amigável. Eu tinha algumas vantagens no jornal, e a principal delas era que falava inglês muito bem. Então, toda vez que era preciso entrevistar um forasteiro que chegava ao Brasil, eu era mandado. Pelo menos entendia o que a pessoa falava e reproduzia com alguma fidelidade. Estava sendo treinado como repórter de verdade. O treinador de repórteres, que era o chefe de reportagem, chamava-se Maurício Caminha de Lacerda. Era meio-irmão do Carlos Lacerda e um excelente treinador.

*O que é um treinador de repórter?*

Domador de focas, repórteres iniciantes. O Maurício ensinava como se faz uma reportagem. Antes de haver *lead*, ele ensinava a pôr *lead*, ensinava a desenvolver a reportagem, a cortar as coisas, a pôr o que é mais importante primeiro. E nos tratava a todos de uma forma um tanto áspera. A mim, por exemplo, costumava dizer que eu tinha miolo de tamanduá-bandeira. Isso era um elogio, que ele fazia quando estava de bom humor e tolerante... Normalmente dizia que o meu miolo era uma paçoca de merda. Tamanduá-bandeira, não sei por quê. Tamanduá-bandeira gosta de comer formiga, e naquele tempo eu comia outras coisas. Formiga, que eu me lembro, só comi uma vez na vida. Foi em Manaus, estava tomando um chope e me trouxeram um prato de tanajuras fritas. Uma delícia, amarguinho. Mas enfim, era isso o que dizia o Mauricinho. Ele dizia assim: “Aprende a escrever, seu

idiota! Economiza as palavras! Entre dois adjetivos, escolhe sempre um substantivo!” E por aí afora, sempre rápido, sempre direto ao ponto.

*Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux: o Correio da Manhã tinha grandes nomes na época. O senhor também aprendia com eles?*

Aprendia conversando. Conversando e bebendo uísque. Todo os dias de tarde, ou o Paulo Bittencourt chamava os amigos para tomar um uísque lá em cima, e eu era incluído, ou nós atravessávamos a rua e íamos para um bar chamado Marialva, que ficava bem em frente ao *Correio da Manhã* — hoje é ao lado da TVE —, e tomávamos uísque lá. Isso porque a época do Graciliano Ramos já tinha passado. Quando eu entrei no jornal, tinha-se recém-aposentado o chefe da revisão, Graciliano Ramos, que tradicionalmente, ao descer do bonde para ir para o jornal vindo de Laranjeiras, atravessava a rua, ia ao Marialva e tomava uma talagada de cachaça, cerimônia que repetia também ao sair do jornal tarde da noite. Mas nós já éramos da era do uísque. E ali conversávamos todos, o editorialista chefe, que era o Álvaro Lins, que pouco depois foi ser chefe da Casa Civil do Juscelino, o redator-chefe, que era o Callado — aprendi muito com ele —, o secretário de redação, Luís Alberto Bahia... Carpeaux escrevia a coluna internacional do jornal e editoriais. Enfim, era um grupo notável, e para um jovem que estava começando a vida era uma maravilha ouvi-los. Toda a vida fui bom ouvinte, até hoje sou bom ouvinte, apesar de vocês estarem aqui me entrevistando.

No final de 1956, um dia eu estava na redação, o Antônio Callado entrou e deu uma assim geral: “Quem sabe inglês e quer ir para a guerra?” Achei que outras pessoas se apresentariam, mas tratei de levantar o braço e dizer: “Eu quero ir para a guerra!” Fui parar em Suez. A Guerra de Suez foi bastante rápida, mas ainda havia ameaças de conflito, e o Brasil ia mandar um batalhão para se juntar às tropas da ONU. O *Correio da Manhã* resolveu cobrir a vida desse batalhão durante os seis primeiros meses, e eu fui para lá. E aí tive a mais rápida promoção da história do Exército brasileiro. Eu tinha tido um acidente jogando futebol americano e fui considerado inapto para o serviço militar, o que muito me agradou. Mas a tradição internacional é que correspondente de guerra é capitão. Então eu me apresentei ao general do quartel da ONU e recebi a patente de capitão. De inapto para o serviço militar para capitão foram uns três ou quatro meses...

*Como foi essa experiência de correspondente em Suez? Foi uma preparação para o tiroteio que o senhor teve que enfrentar pouco depois em Maceió...?*

Houve mais tiro na Assembléia Legislativa de Maceió do que na Guerra de Suez... O perigo em Suez não era tanto o tiro, eram as minas. Era um perigo terrível. Eu vi um engenheiro canadense morrer de medo. Os comboios iam na trilha já liberada de minas pelos sapadores do Exército, paravam para o pessoal comer e ninguém saía da trilha. Mas esse canadense, não sei por quê, foi mijar no meio do deserto, a uns 20 ou 30 metros do comboio. Quando ele estava lá alguém gritou: “Cuidado que o campo está minado!” Ele caiu morto. Teve uma síncope. Vieram buscá-lo, e ele morreu realmente de medo da mina. De vez em quando explodia uma.

Fiquei quatro meses em Suez. Aliás, fiquei um mês no Canal de Suez, e aí chegaram as tropas brasileiras, que ficaram num oásis no deserto, perto de Gaza. Fui atrás, e ficamos morando no deserto uns 15 dias. Havia um outro repórter, d’*O Cruzeiro*, João Martins, que era bem mais velho. Eu, com 20 anos, achava que era invulnerável ### é por isso que os soldados são recrutados nessa idade, porque a morte não é uma experiência pessoal vivida ou mesmo imaginada. Depois desse

oásis fui para Gaza. Entrei em Gaza com as primeiras tropas da ONU, um batalhão dinamarquês. De noite eles receberam a cidade das mãos do general Dayan, aquele famoso general israelense que tinha um tapa-olho. Fiquei lá mais uns três meses. Foi uma experiência de vida interessante. Na volta parei em Paris, casei com uma namorada que já tinha e voltamos pouco depois da lua de mel para o Brasil.

Quando cheguei na redação, o Callado virou-se para mim e disse: “Olha, você está vagabundeando aí, em Suez quase não houve nada, você não tem feito nada de útil, vai cobrir a votação do *impeachment* do governador de Alagoas, um cidadão chamado Muniz Falcão. Estão aí os recortes, ele mandou matar um deputado estadual, os deputados estaduais não gostaram, parece que ele está em minoria e o *impeachment* vai ser votado amanhã à tarde. O avião sai às seis horas da manhã.” Fui. Era uma sexta-feira, 13 de setembro de 1957, e eu nunca tinha pisado em Alagoas na minha vida.

Lá chegando, fomos convidados a ir casa de um deputado de oposição. Estava lá um homem baixo, quieto, que falava muito mansinho, e estava também o Juracy Magalhães, presidente da UDN, partido ao qual esse homem era filiado. Juracy virou-se para o homem e disse: “Deputado Oséas Cardoso, ouvi dizer que o senhor atira bem.” O outro: “É exagero, general, é a língua do povo.” “O senhor não podia dar uma demonstração?” “Posso, se o senhor quiser.” Estávamos todos sentados em cadeiras de vime, na varanda da casa. Ele virou-se para um menino e disse: “Menino, vai colocar essa chapinha de garrafa ali na parede.” A parede estava a uns 10 metros de distância e ele, sentado, puxou da pistola, mexeu com o braço lentamente, e *pum!*, a chapinha pulou. Todos bateram palmas, e Juracy Magalhães disse: “Mas eu ouvi dizer que o senhor atira também com a mão esquerda.” O homem: “Dou uns tirinhos, general.” Pôs lá a chapinha de novo, fez outra vez o mesmo gesto, *pum!*, e a chapinha pulou outra vez.

Graças a esse cidadão prestante, acredito eu, é que estou vivo. Porque nós fomos para a Assembléia, o presidente da Assembléia havia dado folga a todos os funcionários, em vez de taquígrafos havia aparelhos de gravação, a mesa da Assembléia estava barricada com sacos de areia, e os deputados se reuniram na sala do presidente, atrás da mesa. Os repórteres ficaram por ali, e eu — não precisava ser muito sagaz — percebi que haveria tiroteio. Mas achava que os alagoanos primeiro iriam discutir, trocar desaforos e depois atirar. Fiquei então ao lado dos sacos de areia, mas não atrás, esperando para ver o que ia acontecer, pois não conhecia os hábitos locais.

De repente, alguém grita da janela: “Estão chegando!” Vieram os deputados favoráveis ao governo. Debaixo de um sol de duas e meia da tarde em Alagoas, vinham com capa de chuva. A sala era retangular, com três entradas, entrou cada um por uma porta, abriram as capas de chuva, tiraram metralhadoras e começaram a atirar. Eu caí na primeira rajada com o fêmur fraturado por uma bala. Felizmente caí atrás dos sacos de areia. O tiroteio durou mais alguns minutos, que a mim me pareceram eternos, e no final o chefe dos atacantes, que era o sogro do governador, um deputado chamado Humberto Mendes, caiu morto com um tiro no coração. Dizem que quem deu o tiro foi o Oséas Cardoso, o tal que atirava tão bem. E houve 11 outros deputados feridos. Foi lá a Polícia Federal, o Exército cercou imediatamente a Assembléia, afastou a Polícia Militar que havia atirado para dentro da Assembléia, a Polícia Federal recolheu as armas dos deputados. No relatório sobre o episódio, que está na Assembléia de Alagoas, consta que, primeiro, todos os deputados estavam armados; segundo, todas as armas foram deflagradas, inclusive a



do querido senador Teotônio Vilela, que a mim me disse, tempos depois, que realmente estava armado, mas não havia atirado. Desconfiei da história, fui à Assembléia, vi o relatório da Polícia Federal e constatei que também a arma dele havia funcionado durante aquele tiroteio. Foi assim que eu ganhei o Prêmio Esso.

*Como foi um jornalista de 21 anos, num jornal de “cobras”, receber o Prêmio Esso de Jornalismo, que naquela época tinha uma enorme repercussão? Que peso teve isso para a sua carreira e como foi a recepção no jornal?*

Para a carreira foi muito bom, porque era a terceira vez apenas que se dava o Prêmio Esso, que realmente tinha uma grande repercussão na imprensa. E eu havia ganho com um telegrama de 15 linhas que ditara para um médico no hospital, não por um grande e heróico esforço jornalístico, mas porque sabia que as comunicações de imprensa naquele tempo tinham prioridade na Western Union, que era a companhia que tinha o monopólio dos telégrafos no Brasil. O médico passou o telegrama e no dia seguinte saiu a minha reportagem que contava a história desde o princípio.

O júri que me atribuiu o Prêmio Esso era composto por Carlos Castello Branco, Luís Alberto Bahia e Cláudio Abramo, que era o redator-chefe d’*O Estado de S. Paulo*. Eles se dividiram muito, houve a hipótese de me darem o Prêmio Esso não tanto pelo telegrama, mas pelas reportagens de Suez, que tinham sido uma longa série. Mas, afinal, ficaram no telegrama, e a justificativa do Cláudio Abramo foi a mais patronal possível. Ele disse: “Vou dar o prêmio para esse telegrama porque os vagabundos dos meus repórteres ficam com gripe e não vão trabalhar. E esse menino partiu o fêmur, levou um tiro e mandou a reportagem. De maneira que ele é um bom exemplo.” O prêmio foi muito bem acolhido, com alegria, por todo mundo no jornal, os companheiros mais velhos etc. Virei uma espécie de benjamim na casa.

### **O jornalista político**

*Foi partir do Prêmio Esso que o senhor passou a concentrar sua atividade na área política? Era uma aspiração antiga? O tiroteio associou política e emoção?*

Foi realmente a partir do tiro que virei repórter político. Mais tarde cobri a candidatura do Jânio Quadros, a viagem dele a Cuba... Mas isso tudo foi puramente casual. Eu não escolhi, fui designado para isso como poderia ter sido designado para cobrir as obras do rio Guandu. Uma das coisas que eu fiz, antes de cobrir o Jânio Quadros, foi a cobertura da seca do Nordeste em 58. Andei uns três mil quilômetros pelo interior do Nordeste, indignado, mandando reportagens terríveis, denúncias de deputados que tinham recebido dinheiro do DNOCS para fazer obras e não tinham feito nada, onde constava no mapa que havia um açude não havia coisa nenhuma, só havia um lagozinho de três por quatro metros. Essas reportagens foram em parte censuradas pelo Paulo Bittencourt, que achou que eu estava virando comunista. Mas, enfim, o Paulo tolerou, me queria muito bem, via em mim a projeção dele próprio. Afinal eu era um repórter que ele havia descoberto e que se saíra bem na cobertura de Suez, que falava francês e inglês, que se movimentava em Paris, que ele mandou cobrir a chegada do Juscelino, presidente eleito, em Londres. Enfim, ele tinha uma ligação pessoal grande comigo.

*O senhor chegou a cobrir a Câmara dos Deputados aqui no Rio de Janeiro?*

Muito pouco. Cobri alguma coisa durante o governo Juscelino. O líder do governo era o Vieira de Melo, depois foi esse aí que foi ministro da Justiça, cearense... Armando Falcão. E o líder da oposição era o Afonso Arinos. Carlos

Lacerda era uma das vedetes. Foi um período muito rico, do qual participei pouco, porque eu não tinha a incumbência de fazer plenário. Até entrava no plenário, ouvia discursos, gostava daquilo, mas na verdade era muito secundário nessa coisa. Eu era um repórter mesmo. O que eu gostava de fazer e fazia direito era acompanhar as pessoas, ver o que elas faziam, contar o que elas diziam, era um típico repórter para cobrir campanha eleitoral. E foi o que eu fiz com o Jânio e também com o Magalhães Pinto. Passei quatro meses cobrindo o candidato vitorioso.

*E a campanha do Lacerda para a o governo da Guanabara, que foi junto com a do Jânio?*

Não. Cobri a campanha nacional, e a única campanha regional que cobri foi a de Minas.

*É sabido que o Correio da Manhã foi contrário à transferência da capital para Brasília. Houve um debate interno no jornal sobre a questão? O senhor participou disso?*

Quem era a favor de Brasília era a Niomar, que era muito amiga do Juscelino. A única participação que eu tive nessa história foi cobrir a inauguração de Brasília. Estive lá no dia 21 de abril de 1960, junto com o Jorge Leão Teixeira, e ambos fizemos as reportagens da inauguração. Eu fiquei do lado do povo e o Jorge ficou do lado das autoridades; foi uma boa dupla. Num determinado momento eu estava junto da rampa do Congresso quando apareceu o cardeal Cerejeira, um cardeal português. Vinha com uma tremenda capa púrpura, e ao seu lado, de braços com ele, vinha um cidadão com o uniforme mais bonito de todos, cheio de dourados, chapéu de três bicos, com plumas. Era o cronista social do *Jornal do Brasil*, o nome eu não sei. O que eu sei é que aquele uniforme era dos cavaleiros da Ordem de Malta. Ao meu lado, um candango perguntou: “Quem é aquele que vai com o cardeal?” Um outro disse: “Ué, claro, é o marechal Lott!” Um uniforme bonito daquele só podia ser o do marechal Lott...

Depois da campanha do Jânio, voltei para a redação e não tinha muito o que fazer. Aí encontrei o dono da Standard Propaganda, Cícero Leuenroth, um pioneiro. Era sobrinho do Edgar, o anarquista, que era encarregado dos arquivos da Standard Propaganda e publicava um jornal chamado *A Lanterna*, jornal anarquista e anticlerical. Uma vez eu o procurei e disse: “Seu Edgar, eu queria assinar o seu jornal.” Ele respondeu: “Não vendo assinatura.” Perguntei: “Por quê?” Ele: “Só vendo para quem acredita!” E não pude ser assinante do jornal anarquista... Mas enfim, o Cícero me fez uma proposta muito recompensadora do ponto de vista financeiro e fui trabalhar em relações públicas, em propaganda, lá na Standard. Eu tinha alguns problemas com o jornal, não me lembro mais direito o que era, mas havia fundamentalmente o seguinte: no *Correio* eu ganhava, digamos, 50, e o Cícero me ofereceu 500, 10 vezes mais. Fui e fiquei na Standard até abril de 64.

Quando veio o golpe, voltei para o *Correio da Manhã*. Comecei a mandar artigos, até que passados uns 10 dias a Niomar me telefonou e disse: “Olha, os seus artigos são muito bons, são tão bons que andam dizendo que quem escreve é o San Tiago Dantas. E eu queria que você voltasse para o jornal.” Por outro lado, o Cícero também me chamou e disse: “Olha, você está tomando posição contra o governo militar, que é apoiado por todos nós e pelos nossos clientes, e você tem que escolher: ou fica no jornal ou fica na Standard Propaganda.” Não pensei duas vezes: voltei para o jornal.

*Dessa vez foi uma decisão política, e não financeira.*

Exatamente. Era um momento em que eu estava politicamente mobilizado, vendo que aquele golpe ia descambar numa ditadura militar, e me horripilava a idéia de que o Brasil pudesse entrar no submundo das ditaduras militares. Era uma idéia para mim muito agressiva, eu tinha uma imagem do Brasil diferente da sua realidade, achava que era democraticamente amadurecido, civilizado, e que não haveria espaço para uma ditadura militar.

*Ainda antes do golpe e da volta para o Correio o senhor também trabalhou com San Tiago Dantas, não?*

Entre sair do *Correio da Manhã* e entrar na Standard Propaganda eu trabalhei uns tempos com o San Tiago. Sempre mantive contato, inclusive enquanto estava na Standard Propaganda fiz trabalho de relações públicas para ele em Nova York. San Tiago tinha sido extremamente influente na minha formação jurídica, se é que se pode falar qualquer coisa nesse sentido. Eu me formei em 1962 e só fui buscar meu diploma quando voltei do exílio em 79. Ao requerer as minhas notas, verifiquei que tinha tirado 10 em direito civil durante todo o curso, quatro anos. Eu não me lembrava de ter estudado direito civil tão bem, mas me lembrei que o San Tiago dava aulas dentro do avião em que me levava, na campanha eleitoral de Minas, a mim e a um sobrinho dele, Raul. Ele gostava muito de explicar pontos do direito civil, escolhia um ponto qualquer e nos dava uma aula. Era um aviãozinho de quatro lugares, e eu prestava muita atenção. Resultado: tirei 10!

*O senhor voltou para o Correio da Manhã como articulista e editorialista?*

Voltei como articulista político e editorialista também. A princípio escrevia um artigo por dia, depois entrou o Hermano Alves e eu alternava com ele: três dias por semana era eu, três dias por semana o Hermano. Às segundas-feiras não era ninguém ou era uma pessoa qualquer. Ou então não havia jornal na segunda, não me lembro. Mas, enfim, aí nós fomos tomando posição, uma posição nacionalista, enfrentando muito aquele esquema do Roberto Campos. A Niomar nos deu ampla liberdade, e o Roberto Campos mobilizou o boicote ao *Correio da Manhã*, que acabou levando à falência do jornal. Isso durou dois anos. Quando, em 1966, abriu-se a oportunidade de haver eleições, o Hermano e eu nos candidatamos a deputados federais. Dois outros repórteres, Alberto Rajão e Fabiano Vila Nova, foram candidatos a deputado estadual. E fomos eleitos todos os quatro.

*O senhor se filiou ao MDB assim que o partido foi criado?*

Assim que o MDB foi criado. Aliás, inicialmente era o PTB, mas depois foi criado o MDB e sou um dos fundadores.

*O senhor fez uma campanha tradicional ou o jornal foi o seu grande veículo?*

Fiz campanha, mas não devo ter conquistado na campanha nem 500 votos. Quem me elegeu realmente foram os leitores do *Correio da Manhã*. Meu pai também me deu uma ajudazinha junto aos feirantes. Ele era secretário de Fazenda, os feirantes tinham uma reivindicação qualquer, ele atendeu, e em troca os feirantes me levaram a algumas feiras, “este é o nosso candidato”... Por isso talvez eu tenha tido um pouco mais voto que o Hermano Alves. Na verdade nós deveríamos ter a mesma coisa, os leitores eram os mesmos e se dividiram, alguns votaram no Hermano e outros em mim. Foi essa a campanha que eu fiz. Sou péssimo em campanha, não sei fazer, não sei pedir dinheiro para fazer. Gastei na campanha o que tinha e o que não

tinha. Quando voltei do exílio, tentei ser candidato outra vez. Eu queria realmente reaver o meu mandato que havia sido cortado, e até 86 trabalhei para isso. Mas não tive apoio nenhum, o que eu tinha a dizer talvez não interessasse a mais ninguém. Eu havia passado muitos anos fora, e tudo aquilo que se faz fora ninguém sabe no Brasil. Tive duas estrondosas e doloridas derrotas. A segunda, de teimoso, porque já devia ter percebido que não era a minha praia.

*Depois de ser eleito, em 1966, o senhor continuou escrevendo no Correio da Manhã?*

Não, parei de escrever. O *Hermano* continuou, uma vez por semana, mas eu parei. O jornal já estava em dificuldades, já estava mais hesitante.

*Até ser eleito, o senhor tinha uma tribuna, que era o jornal, e ia mudar para outro tipo de tribuna, que seria a Câmara. Como avaliou na época essa mudança?*

Em primeiro lugar não racionalizei muito. Fui na onda. Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar. Depois, o exercício do mandato na verdade era uma continuação do exercício do jornalismo, nós estávamos presentes a todos os acontecimentos políticos importantes daquela época.

### **Um discurso famoso**

*Como o jornalista se sentiu quando se tornou deputado?*

Fui deputado de março de 1967 a dezembro de 1968. Não resultou disso nenhuma ruptura com o trabalho de jornalista, que era o trabalho de estar presente, de acompanhar os acontecimentos e relatá-los. Eu participava de um grupo pequeno, mas aguerrido, de oposição. Tínhamos sido eleitos pelas grandes cidades, portanto representávamos blocos de opinião. Participávamos tanto de greves em São Paulo ou Minas, quanto de problemas na Zona da Mata de Pernambuco, quanto de passeatas de estudantes, enfim de tudo o que acontecia de oposição ao governo militar. Todos sabíamos que tínhamos que ser contra o regime militar e disso estávamos imbuídos: tudo o que os militares faziam era errado, tudo o que propúnhamos era certo. Não havia dilemas, não havia dúvidas de consciência.

Pessoalmente sempre achei que a nossa vivência parlamentar seria muito passageira. Tinha quase certeza de que aquela história acabaria com a nossa cassação. A disparidade de forças era muito grande, havia um grupo militar muito radical e decidido a implantar a ditadura total, e nós fazíamos o que era possível para combatê-los. Por exemplo, convidamos o Celso Furtado a falar na Câmara dos Deputados. Ele veio de Paris e deu um depoimento, foi a primeira vez que um cassado falou na Câmara. Afinal usaram um discurso meu como pretexto, em 68, para o AI-5, e isso me obrigou a ir para o exílio, o que durante um período talvez tenha sido bom. O Celso dizia que a melhor coisa que poderia acontecer a um jovem brasileiro era passar cinco anos fora, porque ele aprenderia no exterior aquilo que não teria aprendido no Brasil se tivesse ficado. Mas 11 anos de exílio, já foi um certo exagero...

*Quando o senhor foi ser deputado em Brasília, sentiu muita diferença em relação ao ambiente do Rio de Janeiro? Onde morava, em Brasília?*

Nós tínhamos, no princípio, uma casa no Lago Sul com quatro deputados. Era uma das raríssimas casas do Lago. Não havia ponte, portanto para chegar lá tinha-se que dar a volta pelo aeroporto. Essa casa ficou conhecida como a República

Socialista do Lago... Lá moravam, além de mim, Edgar da Mata Machado, que era o mais velho, deputado pela esquerda católica de Minas Gerais, Davi Lerer, que era o mais moço, médico socialista de São Paulo, meio anarquista, completamente desregrado, e um deputado de Santa Catarina chamado Eugênio Doin Vieira, pai do atual governador de Santa Catarina, Paulo Afonso. Cada um cuidava da casa durante uma semana e se tornava nesse período “comissário do povo”. O Edgar, que era completamente incompetente em matéria de trabalhos domésticos, declarava-se povo, e então Davi, Doin e eu nos alternávamos no trabalho de prover a casa...

*Qual a diferença entre a política que era feita no Congresso em Brasília e aquela que se fazia aqui no Palácio Tiradentes?*

Nós não ficávamos só em Brasília, porque os acontecimentos nos chamavam para toda parte. Ora era um quartel de Juiz de Fora, onde se denunciava que os presos políticos estavam sendo torturados, ora era uma manifestação de trabalhadores rurais em Pernambuco, ora era uma greve em São Paulo ou em Belo Horizonte, ora era também uma confusão na Universidade de Brasília — que foi o que deu origem ao famoso discurso de setembro de 68 que serviu de pretexto para o AI-5. Portanto, não tínhamos propriamente uma atividade de política tradicional. Mas tínhamos também uma intensa atividade na Câmara, fazíamos plantões no plenário para azucrinar a vida dos deputados do governo. Não havia deputado do governo que falasse impunemente, todos eram aparteados pelo Hélio Navarro, pelo Davi Lerer...

*Quantos deputados havia nesse seu grupo, mais ou menos?*

Uns 30. O líder do grupo era o Mário Covas, que era também líder do MDB.

*Foi a origem do grupo autêntico?*<sup>1</sup>

Foi a origem do grupo autêntico. A Ivete Vargas, que já àquela altura se articulava com os militares, nos apelidou de imaturos porque a nossa briga era realmente de peito aberto, e isso era considerado um sinal de imaturidade. Gustavo Capanema, que encerrava a sua vida parlamentar, ao chegar à Câmara naquela legislatura, disse: “Isto aqui está muito mudado, está cheio de mulheres, de padres e de meninos.” Os meninos éramos nós. Portanto, a nossa atividade parlamentar era intensa, muito mais do que é hoje a do PT. E também não se fazia nada escondido. Nós exercíamos o mandato na rua. De certa forma era muito confortável, não nos assaltava nenhuma dúvida sobre o que fazer. Fiz uma viagem ao interior de Pernambuco durante a qual realizei um grande levantamento, que relatei, sobre a situação na zona canavieira; levantei uma série de dados sobre vendas de terras a estrangeiros no Centro-Oeste e na Amazônia, e daí resultou uma CPI, relatada pelo brigadeiro Haroldo Veloso, homem de direita mas nacionalista. Enfim, tive uma atuação parlamentar desse tipo, de levantar e trazer para o Congresso aquilo que não era publicado na imprensa, que ninguém sabia.

*Há interpretações que atribuem o fechamento do regime militar ao vazio político de Brasília, que consideram que se a capital ainda fosse no Rio, certamente o regime militar teria tomado outro caminho. Qual é o seu depoimento sobre isso? Havia realmente um vazio em Brasília, em contraposição a uma efervescência no Rio de Janeiro?*

---

<sup>1</sup> O grupo autodenominado “autêntico” do MDB se formaria em 1971, representando uma facção política mais identificada com as esquerdas. Os autênticos se contrapunham tanto às orientações moderadas da direção do partido quanto à chamada ala “adesista”. Ver *DHBB*, op. cit.

Acho essa interpretação não só superficial como totalmente errada. O que levou ao fechamento do regime não foi nem o vazio de Brasília nem a efervescência do Rio de Janeiro. O que levou ao fechamento do regime foi a Guerra Fria, foi a doutrinação sistemática, dentro da Escola Superior de Guerra, de duas ou três gerações de militares que se imbuíram da missão de combater o comunismo, que eles viam em toda parte e de cuja definição tinham idéias vagas. Comunistas para eles eram todos aqueles a favor de reformas sociais, melhor distribuição de renda etc.

O conflito internacionalizado da Guerra Fria também foi assumido no Brasil por uma parte das esquerdas, que partiu para a luta armada em princípios de 1968. As primeiras ações de guerrilha urbana são de janeiro de 68. A partir do momento em que uma organização armada assaltou um hospital em São Paulo, e um capitão do Exército fugiu de um quartel levando uma quantidade de fuzis — era o Carlos Lamarca —, os generais principais, especialmente Emílio Garrastazu Médici, que era o chefe do Serviço Nacional de Informações, e Jaime Portela, que era o chefe da Casa Militar do general Costa e Silva, decidiram que não era possível manter o Brasil com um simulacro de democracia e ao mesmo tempo combater a guerrilha urbana. Portanto, decidiram o fechamento do regime e ficaram apenas esperando o pretexto. Tiveram várias opções, e o melhor pretexto que encontraram foi um pequeno discurso meu, baseado na história de uma peça grega, das mulheres que se recusaram aos homens enquanto eles não voltassem a combater. Eu dizia que, tendo em vista as violências praticadas em nome do Exército por um grupo de militares, as mulheres deviam recusar-se aos militares, e que os estudantes que haviam sido espancados, tiroteados na Universidade de Brasília, não deveriam desfilar no 7 de setembro. Era uma mensagem muito curta, muito direta, muito clara, capaz de ser entendida por qualquer tenente que tivesse saído da Academia Militar das Agulhas Negras naqueles quatro anos. Por isso, essa declaração, que não teve na ocasião nenhum registro na imprensa, a não ser uma pequena notinha de cinco linhas na *Folha de S. Paulo*, foi reproduzida e mandada a todos os quartéis do Brasil, como preparação para o golpe.

A minha intervenção tinha ainda outra vantagem para os golpistas: tinha sido feita da tribuna e, como a imunidade parlamentar da tribuna é um dos fundamentos da existência do Parlamento, é uma imunidade absolutamente inquestionável, os militares imaginavam que a Câmara recusaria a licença para me processar. E fizeram tudo para isso. Realmente a Câmara, apesar da grande maioria de deputados a favor do governo, recusou a licença, e por isso foi fechada.

*Como o senhor enfrentou toda essa situação que se seguiu ao seu discurso?*

Como tudo na minha vida, foi uma casualidade. Os militares criaram um caso. Quando eles criam o caso, você tem que enfrentar. Foi o que eu fiz. Mas, do ponto de vista da análise geral, do conjunto das forças políticas, eu avaliava que, se a Câmara mantivesse a imunidade e não fosse fechada, haveria muita probabilidade de se encerrar o ciclo militar no final do governo Costa e Silva. Essa mesma avaliação era feita pelo Magalhães Pinto, que era ministro das Relações Exteriores, e por isso ele mandou os seus deputados votarem a meu favor. Foi uma tristeza, porque a antiga UDN mineira votou toda a meu favor e no dia seguinte ao fechamento da Câmara tratou de procurar os militares de plantão para dizer que se tinha arrependido. Não quero aqui citar os nomes, mas se vocês examinarem a composição da bancada mineira, e as declarações de amor democrático que tantos fizeram, verão que há uma certa incongruência entre essas declarações e a posterior carreira de cada um deles. Mas aquela foi uma decisão do Magalhães Pinto. Ele achava que, mantendo-se a prerrogativa do Congresso, ele teria enormes chances de ser o sucessor do Costa e

Silva, porque era ligado à chamada Revolução, era ministro, e ao mesmo tempo tinha um trânsito civil grande. Era uma pessoa conversável, negociava com o Tancredo, que era o seu grande adversário na política local, enfim, era muito mais palatável.

*Com a sucessão de eventos que terminou na edição do AI-5, o senhor, de jornalista, passou a ser manchete de jornal. Como avalia a cobertura da imprensa na época?*

Os jornais cobriram um caso parlamentar que havia sido criado pelos militares, do qual eu era pretexto, coisa de que ninguém tinha dúvidas. Cobriram muito bem, publicando os pareceres dos juristas todos, enfim, criando um clima a favor da resistência da Câmara. A imprensa sabia que se houvesse um golpe militar ela também seria vítima, como sempre acontece.

### **Os jornais e a política**

*No Correio da Manhã, antes de o senhor ser eleito deputado, havia liberdade de expressão ou havia um certo controle?*

Total e completa liberdade. Eu tive muita sorte na imprensa, nunca sofri nenhuma pressão. Depois também, no *Jornal do Brasil*, no *Globo*, jamais recebi qualquer tipo de pressão. Na verdade, o meu entendimento com *O Globo* foi engraçado. Em 1993 ia haver a revisão da Constituição, e *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, e também *O Estado de Minas*, aceitaram que eu fosse cobrir a revisão. Fui então procurar o Evandro Carlos de Andrade, que era o redator-chefe do *Globo*, e disse a ele que eu não queria fazer só uma coluna sobre os políticos. Ia fazer a cobertura da reforma constitucional, mas gostaria de falar também sobre políticas públicas. E disse a ele o seguinte: “Os políticos, quando fazem uma campanha, falam de educação, saúde, transporte, às vezes de relações internacionais, raramente de relações civis-militares, e através dessas coisas sobre as quais falam, mobilizam o eleitorado. Não há nenhuma razão para que nós jornalistas reproduzamos o que dizem os políticos em campanha e, terminadas as eleições, passemos a uma cobertura estritamente parlamentar, ou da vida dos políticos como políticos — ou seja, o que os franceses chamam *politique des politiciens*, política dos políticos —, e esqueçamos as políticas públicas, os grandes temas.” O Evandro pensou um pouco e disse: “Olha, nunca ninguém fez isso. Pessoalmente acho que não vai dar certo. Em todo caso, você tenta. Se der muito errado, eu mando você embora. Se der certo, você continua.”

Não sei se eu consigo fazer isso, mas pelo menos consigo estabelecer um padrão de literatura política muito diferente dos demais colegas. Realmente trato de políticas públicas, e cada vez menos da política dos políticos. Rarissimamente escrevo uma coluna sobre as intrigas entre os diversos partidos, a base parlamentar, os conflitos oposição-governo no Congresso. Quando trato dessas coisas, trato dos projetos de lei em andamento no Congresso, e não da instituição plenário. Quero saber como vai ser a ANP, a Agência Nacional de Petróleo, como vai ser a Agência Nacional de Energia, como se vão votar os planos de saúde. Enfim, falo dessas coisas que são as peças legislativas que mexem com a vida da população, que muitas vezes são determinantes, que passam pelo Congresso mas não são a matéria habitual da crônica política dos meus colegas. Ou das minhas colegas.

*Essa idéia de fazer uma coluna jornalística sobre políticas públicas tem a ver com a sua própria passagem pelo Parlamento, ou tem a ver com o período do exílio, que*

*lhe teria permitido tomar contato com outro tipo de político? Qual é a matriz dessa idéia?*

Não sei se eu consigo dividir essa experiência. A experiência que se adquire é fruto de informações, influências várias. É claro que o período que passei no exílio me ajudou muito. Tenho um acervo de informações, acumulado ao longo dos 11 anos de exílio, que me dá mais facilidade do que têm alguns dos meus colegas. Ou minhas colegas, porque há um matriarcado em Brasília, mulheres que eu prezo muito, excelentes, batalhadoras, sagazes, que ocupam as colunas dos principais jornais. O único colunista diário homem sou eu. Há outros que também escrevem, claro, mas todo santo dia, acho que estou sozinho, o resto é tudo mulher. Costumo dizer que elas são as altas sacerdotisas do matriarcado político de Brasília.

*Quando voltou do exílio, como ficou sua carreira? O senhor colaborou um tempo na Tribuna da Imprensa...*

Busquei uma inserção no jornalismo brasileiro, mas não tinha as portas abertas. Em 82, 83, comecei a colaborar no *Jornal do Brasil* uma vez por semana. Depois comecei a colaborar, também uma vez por semana, no *Estado de S. Paulo*. Aí passei a duas vezes por semana, nos dois jornais. Até que um dia eu estava passando ocasionalmente pela direção do *Jornal do Brasil*, e o Kiko Nascimento Brito me convidou para almoçar. E me disse o seguinte: “Eu nunca leio essa página de artigos onde você escreve. Aliás, o índice de leitura é mínimo. Estou pensando em acabar com essa página.” Saí do jornal, liguei para o Evandro, no *Globo*, que já me havia feito uma vaga oferta no passado, marquei um encontro com ele, fui lá e disse: “Olha, eu gostaria de colaborar sistematicamente com *O Globo*.” Ele: “Tudo bem. Começa semana que vem.” Isso já em 91, 92, por aí. O filho dono do jornal nunca tinha lido um artigo meu e queria acabar com a página, é evidente que eu tinha que procurar outra solução!

*Por que o senhor diz que quando voltou do exílio as portas dos jornais estavam fechadas? Quanto tempo durou, como foi isso?*

Durou na verdade até agosto de 1990. Os editores dos jornais tinham introjetado a idéia que a ditadura tinha passado, de que eu era um porra-louca, um radical que podia incendiar o país, um comunista dos mais perigosos. Eles tinham comprado toda essa propaganda da ditadura, e tudo o que eu fiz no exterior, os vários livros que publiquei, tinha ficado absolutamente desconhecido. Por exemplo, a minha tese de doutorado, sobre Igreja e Estado no Brasil, foi publicada na França no mesmo ano em que a defendi, 73 ou 74.<sup>2</sup> O livro que escrevi sobre a Revolução dos Cravos, sobre os soldados socialistas de Portugal, foi soberanamente ignorado no Brasil.<sup>3</sup> E por aí afora. Eu tinha escrito alguns livros no exílio, publicados em 11 línguas diferentes, e ninguém no Brasil tinha tomado conhecimento. Enfim, era o período mais duro da ditadura. Mas aí, quando voltei, eu ia às redações e ninguém queria me dar emprego: “Vou dar emprego para um porra-louca desses?” Além do mais, eu tinha fama de ser rico, e então ninguém se preocupava muito. Até que veio a revisão constitucional, surgiu por acaso essa possibilidade de fazer a cobertura para dois grandes jornais, *O Globo* e *O Estadão*, fui para Brasília, e aí pronto, comecei a coluna e não parei mais.

<sup>2</sup> *L'Église et la politique au Brésil* (Paris, Cers, 1973).

<sup>3</sup> *Les soldats socialistes du Portugal* (Paris, Gallimard, 1975).



## **Brasília x Rio de Janeiro**

*Há jornalistas que falam muito mal de Brasília, que dizem que lá não há realmente vida política, que têm uma visão negativa do Congresso. Seu depoimento não passa isso, Brasília não parece ser uma coisa pesada na sua vida.*

Eu adoro trabalhar em Brasília. Fala mal de Brasília quem nunca trabalhou lá ou quem é vagabundo, porque escrever sobre políticas públicas dá trabalho. A Esplanada dos Ministérios é uma mina de informação absolutamente inesgotável. Se você quiser fuxicar um pouco, procurar um pouco o que está acontecendo, tem assunto para fazer duas, três colunas por dia do tamanho da minha.

*E quanto à comparação de que não há povo nas galerias do Congresso, enquanto no Rio de Janeiro havia público, o povo pressionava os parlamentares, havia outro ritmo, outra dinâmica?*

A Constituinte de 1988 teve a participação de centenas e centenas de milhares de pessoas. A Câmara dos Deputados todo santo dia é invadida por algum tipo de *lobby*. São milhares e milhares de pessoas que passam por aquele edifício, indo às comissões, procurando deputados, pressionando a favor disso ou daquilo, a favor dos sem-terra, contra os sem-terra, a favor dos donos de plano de saúde, a favor dos usuários de plano de saúde. Enfim, é um contraditório permanente que existe no Congresso. Por outro lado, na Esplanada dos Ministérios é que se traçam as políticas factuais, concretas. Quem quiser saber, por exemplo, o que vai haver em matéria de saneamento no Brasil ano que vem, tem que ir à repartição do Ministério do Planejamento e Orçamento, que fica em outro edifício, e procurar lá quais são os projetos em curso, quanto há de recursos para o quê, quais as parcerias que estão sendo feitas. Quem quiser saber sobre saúde, tem que se meter no Ministério da Saúde. Não há nenhum daqueles ministérios onde não se encontre vasto material para escrever. Portanto, quem acha que Brasília não tem vida política é quem confunde a vida política com a vida dos políticos, em primeiro lugar. Segundo, confunde o exercício do poder com manifestações de discussão do poder, ou na rua ou no Congresso. Eu acho que não é isso! Acho que Brasília tem uma riquíssima vida política.

*Para um jornalista que escreve num grande jornal do Rio de Janeiro, para um político que foi eleito pelo Rio de Janeiro, o senhor cobre muito pouco a política do Rio de Janeiro. Há algum motivo especial para isso?*

Acho que vocês devem ter razão, eu trato muito pouco da política do Rio de Janeiro. De vez em quando trato de algumas coisas concretas: vou a uma favela no Rio e vejo como funciona o Favela-Bairro; vou a uma favela em Niterói, vejo como funciona o maravilhoso programa de saúde de lá e escrevo sobre isso. Mas da política mesmo do Rio, eu realmente não trato muito. Por dois motivos: primeiro, existe toda uma redação que trata disso, a cobertura de cidade do *Globo* é muito grande, muito profunda, muito boa. Não me sinto motivado a cuidar de coisas de que outros já estão cuidando. Segundo, porque eu acho a política do Rio de Janeiro muito pobre. O Rio teve administrações muito corruptas, muito mesquinhas, tem tido muito azar com as pessoas que elege para cargos majoritários. Acho que este estado foi vitimado por uma série de governos perversos. Conheço-os, e tenho a respeito deles uma opinião não muito positiva. Portanto, como não tenho mais tempo de vida para ser negativista nem pessimista, vou procurar coisas em outros lugares.

*A seu ver o Rio de Janeiro perdeu espaço de representação no jornalismo nacional?*

Acho que sim, claro. Primeiro, o enfoque nacional saiu do Rio e foi para Brasília. Segundo, a enfiada de governadores é uma coisa tão lastimável que não dá para que nenhum deles se projete em cobertura nacional. É impossível você imaginar hoje que um governador do Rio de Janeiro tenha uma mínima chance como candidato a presidente da República. A última vez que um governador foi candidato teve 3% dos votos.